

Opinião

EDITORIAL

A vida no país dos desconfiados

O Brasil se transformou num país de desconfiados. Com a profusão de escândalos de corrupção e a transformação de Brasília numa grande babel política e institucional, a sociedade nem tem mais discutido o teor ou o impacto das medidas propostas ou aprovadas pelo governo e Congresso Nacional, ou mesmo as decisões originadas do Poder Judiciário. Prefere tentar descobrir as intenções nem sempre declaradas de seus autores.

Assim, não é difícil para muitos acreditar em teses como a de que o STF agiu contra Renan Calheiros como forma de retaliação à sua suposta cruzada contra os supersalários do Judiciário. Ou que a tentativa de acelerar a apreciação do projeto de lei sobre o abuso de autoridade seja uma forma de limitar a ação dos procuradores da operação Lava Jato.

QUESTIONAR INTENÇÕES ESCONDIDAS SE TORNOU ATITUDE COTIDIANA NO BRASIL

Embora seja inegável a necessidade de reformar as regras da Previdência, não há como manter uma esperança de equidade de tratamento quando a proposta original evitou mexer com os regimes “especiais”, como o dos militares – exatamente os maiores responsáveis pelo déficit crescente no setor. Isso autoriza qualquer crítica de que a conta cairá quase que na íntegra sobre a classe trabalhadora.

Sobre o grau de confiança que a população deposita nos deputados e senadores, basta pesquisar na internet e observar as fotos da última manifestação pública realizada no domingo passado. A prestação de contas à sociedade, antes restrita apenas aos ciclos eleitorais, agora é instantânea. É um novo tipo de democracia que os legisladores e magistrados ainda não aprenderam a administrar. Confiança é algo que se conquista com mais do que a maioria dos votos.

A desconfiança com o governo federal, comprovada pelos baixos índices de aprovação do governo Temer, também passou a atingir até alguns colaboradores próximos ao Planalto. O descontentamento com a gestão até aqui estritamente fiscalista da equipe econômica acendeu alertas nas associações empresariais, economistas influentes e entidades sindicais.

CONSELHO EDITORIAL - Alaide Quercia, Duilio Calciolari, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dcicom.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dcicom.br;
EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dcicom.br;
EDITORA-FECHAMENTO: Lilliana Lavoratti - lilliana@dcicom.br;
EDITORES: Anna Lúcia França, Fernanda Bompan, Fernando Miragaya, Paula Cristina Silva, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, RIBERAÓ PRETO - Bete Cervi, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni; **AGÊNCIAS NOTICIOSAS:** Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL - DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dcicom.br; **GERENTES:** São Paulo - Luiz Prusas - luiz.prusas@dcicom.br - Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dcicom.br - **Publicidade Legal** - Carlos Pontes - carlos.pontes@dcicom.br

Publicidade - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dcicom.br/comercial.legal@dcicom.br

Departamento de assinaturas - ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA): Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, email: atendimento@dcicom.br; Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dcicom.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, email: redacao@dcicom.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho, 90 - 7º e 8º andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Sucursal Rio - Avenida Rio Branco, 156, sala 1616/ Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-901, Telefone (21) 3178 4517

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo

LILIANA LAVORATTI

EDITORA-FECHAMENTO
liliana@dcicom.br



PLANO DE VOO

BNDES prepara apoio às pequenas

Micro, pequenas e médias empresas devem entrar 2017 com um pouco mais de esperança em relação a este ano, com medidas de simplificação do acesso ao crédito prometidas para a próxima semana, pela presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Sílvia Bastos Marques. Em meio à nova crise política - problema que se julgava eliminado com o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) - e à dificuldade de tirar a economia da recessão, o governo anunciará mudanças para tentar induzir a atividade das empresas para a frente. Uma das novidades será a ênfase no microcrédito.

Menos juro, mais investimento

Caso o Banco Central confirme a expectativa de queda da Selic já a partir de janeiro próximo, o juro nominal então vai recuar e a expectativa da inflação ficará estável, levando o juro real dos atuais 7,1% para algo como 5,4% no fim de 2017, prevê a GO Associados. “Tal queda vai estimular o investimento na economia no próximo ano e em menor grau o consumo das famílias, via consumo de bens duráveis. O investimento deverá crescer cerca de 4% ano que vem e trazer consigo um modesto avanço de 0,8% no Produto Interno Bruto”, prevê o economista Luiz Castelli.

O segundo pior

Com a queda de 0,8% do PIB brasileiro no terceiro trimestre deste ano ante o trimestre anterior, o Brasil apresentou o segundo pior resultado nessa comparação entre as 25 maiores economias do mundo, constata a Análise Econômica Consultoria. “O Brasil ficou na frente só da Argentina, com recuo de 2,1% do PIB na comparação com o trimestre anterior, o pior resultado entre os países. A Nigéria, com avanço de 9,0%, lidera a lista. Depois vêm EUA e Indonésia, ambos com aumento de 3,2%”, diz o economista-chefe da Análise Econômica Consultoria, André Galhardo Fernandes.

Fusões e aquisições

A Kroton Educacional, maior empresa privada brasileira no ramo da educação, venceu ontem o prêmio “Golden Tombstone” do Ibeff-SP na modalidade de operação de fusões e aquisições. A empresa foi reconhecida pela compra da Estácio. O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef) recebeu 48 inscrições nas categorias emissões de renda fixa, fusões e aquisições e operações com ações em reais e moeda estrangeira. A Suzano concorreu na modalidade de renda fixa (dívida) pela emissão de *green bonds* no mercado internacional e a CVC na categoria ações (*equity*).

Mobilidade para moradores

Especialistas em mobilidade da Ford dividirão amanhã (9) o palco com representantes de aceleradoras, investidores e *startups* em evento que apresentará oportunidades de empreender na área, com foco em melhorar a vida das pessoas nas cidades brasileiras. Entre os palestrantes, Ciro Biderman, coordenador do Mobilab; Elisa Carlos, gerente de Inovação da ABDI e Sílvia Valadares, empreendedora e investidora anjo. O encontro, na capital paulista, contará, ainda, com a apresentação de *cases de startups* nessa área, como Wiimove, Let's Park, Woole e Vela Bikes.

ARTIGO

2017: crescimento zero?

Foi conto de fadas acreditar que novo comando político salvaria a economia

O ano de 2016 está em vias de terminar sem nenhum sinal perceptível de recuperação do nível de atividade econômica no Brasil. A recessão atual se iniciou no segundo semestre de 2014 e já é a mais longa e profunda queda do nível de atividade econômica desde a grande depressão de 1929. Com efeito, basta olhar para os dados da produção física da indústria de transformação para que tenhamos uma medida clara da gravidade da crise. Com base na média móvel do quantum produzido pelos diversos segmentos da indústria pode-se constatar que entre janeiro de 2013 e agosto de 2016 a produção de bens de consumo durável se reduziu 34%, a produção de bens intermediários caiu 12,5%, a produção de bens de capital sofreu um tombo de 33,72%, ao passo que a produção de bens de consumo semi e não duráveis se reduziu em 7,1%.

Além disso, a exuberância (irracional) exibida pelos mercados financeiros no Brasil com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) não se traduziu em recuperação da atividade industrial. De fato, no período compreendido entre maio e agosto de 2016, a atividade industrial (captada pela média móvel dos últimos 12 meses) continuou sua trajetória de queda: a produção de bens de consumo durável caiu 3,38%, a produção de bens intermediários se reduziu em 1,6% e a produção de bens de capital caiu 0,9%.

O único segmento da indústria de transformação que apresentou uma relativa estabilidade – mas com viés de queda – foi a produção de bens de consumo semi e não-duráveis, com queda de apenas 0,08% no período.

A continuidade do movimento de queda da atividade industrial acabou se refletindo nas expectativas de crescimento econômico para 2017. Recentemente o Ministério da Fazenda reviu sua

projeção de crescimento para o ano que vem de 1,6% para apenas 1%. Já o IBRE-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) espera um crescimento bem mais modesto que o da equipe econômica do governo, apenas 0,5%.

Esses desdobramentos apontam para uma verdade inescapável: a tese de que bastaria uma mudança no comando político do país para restaurar a confiança dos mercados e produzir, como por mágica, o retorno do crescimento econômico não passa de conta de fadas. A recuperação do nível de atividade econômica exige expansão da demanda agregada, do contrário, as empresas não irão produzir pelo simples fato de que não terão para quem vender!

Dada a capacidade ociosa prevalente hoje na indústria e o alto nível de endividamento das empresas do setor privado, não podemos esperar que a expansão da demanda agregada venha a partir do investimento privado. O aumento do desemprego e a contração do crédito bancário também impedem que a

demanda agregada seja gerada a partir dos gastos de consumo das famílias. Por fim, a crise fiscal da União e dos demais entes federativos torna inviável o uso de política fiscal anticíclica nos próximos (muitos) anos. A única saída é incentivar as exportações de produtos manufaturados o que exige manter uma taxa de câmbio competitiva, provavelmente em torno de R\$ 3,80. Para tanto é necessário que o Banco Central do Brasil acelere o processo de redução da taxa básica de juros, promovendo cortes de 0,5 ou 0,75 ponto porcentual a cada reunião do COPOM. Sem isso, o Brasil estará condenado a um crescimento próximo de zero no ano de 2017.

JOSÉ LUIS OREIRO

PROFESSOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ



Panorama Diário Comercial e Publicidade Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”

